

Um plano para a Baixa

Maria Helena Ribeiro dos Santos*

Se o Marquês conseguiu encontrar um Plano de Renovação para a Cidade baixa, porque razão não conseguimos nós até hoje definir um Plano de Conservação e Restauro para a Baixa Pombalina? Possuímos um património construído sem paralelo no mundo, e que só nos pede um pouco de consideração e respeito pelas suas vetustas (enfim, nem tanto...) pedras e estruturas.

E porquê, e para quê um Plano para a Baixa? Porque uma acção casuística, feita no dia a dia, não serve os objectivos da conservação nas circunstâncias actuais. A reabilitação das zonas históricas das grandes cidades necessita que se definam políticas urbanas que tenham, de uma forma explícita e clara, como um dos seus objectivos operativos a preservação dos elementos característicos dos edifícios, considerados como testemunhos materiais essenciais da nossa civilização.

A complexidade das questões ligadas à recuperação e restauro, a que se tem de acrescentar a complexidade e diversidade própria das zonas históricas centrais, necessitam que se dedique à Baixa uma reflexão atenta, se estudem os vários problemas a tratar, e se proponham as soluções mais adequadas.

Apreciar a Baixa Pombalina é conhecer e saber reconhecer as suas especificidades. A originalidade do caso lisboeta, do plano do Marquês, provavelmente irá criar a sua própria escola e metodologias, com as suas etapas e as suas propostas. Vejamos alguns aspectos interessantes.

Pretende-se recuperar uma área histórica que foi construída segundo um Plano elaborado em 1756. Definiu-se então o traçado urbano, a volumetria a edificar, o desenho das fachadas, as técnicas construtivas anti-sísmicas e anti-incêndio. Logicamente o restauro deverá respeitar esse projecto, para o que se terá de investigar toda a legislação e fontes iconográficas do séc.XVIII (desenhos do período pombalino inicial).

Surge uma primeira dúvida: até que ponto foi respeitado o Plano? Se é verdade que a grande referência para a Baixa é a documentação que conhe-

ceamos sobre o plano aprovado, é indispensável conhecer em pormenor o que foi efectivamente construído, e em que data. Passar ao século XIX e ao XX. Distinguir as pequenas correcções no traçado das ruas, ou a abertura de praças não previstas como a da Figueira. Sistematizar as dimensões dos lotes, os alçados, as tipologias, as tecnologias construtivas e materiais de acabamento, através dos quais se torne possível estabelecer cronologias na construção existente. Neste contexto coloca-se uma questão que me parece ter adquirido presentemente uma grande importância: como recuperar este património, ou melhor, o que deve ser reabilitado? Ao contrário do que por vezes se pensa o restauro não é "pôr bonito", como novo, ou mesmo feito de novo; não é a invenção de fachadas e construções "à maneira de...", propondo um pombalino que nunca existiu assim, desse modo; não é efectivamente a invenção de fantasias históricas ou simbólicas.

É preciso que se entenda que a construção pombalina tem a importância de um documento ímpar. As técnicas, os materiais originais são tão valiosos como livros ou manuscritos, pinturas ou esculturas antigas. No mínimo,

sempre que houvesse alterações nos edifícios seria desejável que fossem criteriosamente levantados todos os aspectos relevantes para permitir o seu estudo e poder dispor de um registo documental da situação inicial, e das modificações introduzidas.

Tal como há obras apenas antigas, e outras de valor excepcional, as consideradas obras primas, também na arquitectura e no urbanismo pombalino os potenciais 200 ou 150 anos de documentos antigos originais neles contidos têm à partida um valor intrínseco, a merecer cuidado, estudo e análise. Desfazer, desfigurar, tornar ilegível ou adulterar são acções que se devem tentar evitar e impedir sempre que possível. Promove-se uma ignorância irreparável, quando se promove activamente a destruição, em vez de por todos os meios conservar, reparar e valorizar. Todos ficamos mais pobres, seguramente Lisboa e os lisboetas ficam mais pobres.

Não há também porque complicar desnecessariamente aquilo que, embora complexo se torna simples se pensarmos um pouco. Tomemos como exemplo este princípio teórico fundamental da conservação, que atribui aos monumentos a importância de documentos que nos informam

sobre o trabalho humano, as técnicas e as vivências de épocas passadas. Anos atrás era frequente os negociantes percorrerem as aldeias para comprar móveis antigos ainda em uso, oferecendo como aliciante a sua substituição por móveis novos, mais funcionais, mais modernos. Se para muitos o desfazerem-se de "velharias" foi visto com bons olhos, para outros alertou-os para o valor potencial que teria o seu mobiliário. Reflectindo um pouco, pensaram: "Se é bom para outros, também é bom para nós, não será verdade?" Na avaliação dos objectos antigos, umas vezes elaborados com técnicas sofisticadas, mas outros de manufatura corrente, é importante determinar a sua antiguidade (idade, época), eventualmente o seu autor, mas o aspecto essencial é a sua autenticidade. Uma cópia de um objecto antigo não passa de uma reprodução, muitas vezes utilizada por ser impossível possuir o original, ou originais. O brilho, a perfeição imaculada da

obra nova é frequentemente disfarçada (adulterada), e envelhece-se o objecto para que ganhe "história", espessura, contexto. Que dizer (ou pensar) então quando se assiste à destruição, à demolição e vandalização, do nosso património original e único no mundo, com os tais duzentos ou mesmo cinquenta anos, porque se aliciam as pessoas com o brilho da "modernidade" e a "eficiência" da construção nova? Quando se retiram azulejos, deixando os pedaços partidos dos rodapés pelo chão, quando se substituem cantarias e rebocos por réplicas novas, quando se tenta a todo o custo querer ver na Baixa o que já sabemos que lá não está, e não se consegue ver o que efectivamente aí existe!

A racionalidade da arquitectura e do urbanismo pombalino faz-nos esquecer que a sua génese é o século XVIII, e não o XIX ou XX. O aprofundar dos estudos com base nos levantamentos detalhados dos edifícios existentes permitiria conhecer e analisar a evolução de 200 anos de edificado em Lisboa. As técnicas de construção e métodos de trabalho originais estão ligados à produção de artífices, ao trabalho manual, a concepções de base empírica e geométrica, nada tendo a ver com os princípios abstractos de rigor e igualdade métrica exacta com que frequentemente os olhamos hoje em dia, comuns na indústria actual.

A riqueza e a diversidade que conhecemos dos objectos antigos, "não há dois iguais!", é uma componente que terá ainda de ser muito valorizada no âmbito da arquitectura. Tudo vai somando e contribuindo para aumentar a diferença: as autorias, os materiais, os desgastes, as modificações. Porquê desperdiçar esta herança construída apenas para tentar refazer

em novo, em mais moderno? A "recuperação" ou o "restauro" podem ser catastróficos se fizerem desaparecer de vez os elementos iniciais, na tentativa de fazer mais bonito, e às vezes até mais autêntico, "corrigindo os desvios" do original!

Porque tanto tarda um Plano para a Baixa? Porque não se definem e aprovam critérios genéricos de intervenção, fundamentados em investigações históricas e técnicas criteriosas? Terá que existir um pano de fundo comum, conhecido por todos, que respeite as características da zona e permita integrar cada intervenção individual num objectivo de valorização mais global.

Criar um Gabinete para a Baixa Pombalina. Que promova a intervenção em 1 ou 2 quarteirões. Com levantamentos exaustivos de todos os problemas, patologias, aspectos irregulares, procurando a solução mais adequada. Ao contrário de Alfama ou Mouraria, as casas têm boas condições de habitabilidade - compartimentos de dimensões razoáveis, bons pés-direitos, cozinhas, bons acessos por escada, vistas desimpedidas sobre a rua, e mesmo para os

Adoptar algumas regras simples: libertar saguões, recuperar varandas, permitir a ventilação e o sol. Estudar a compatibilização de normas de segurança e qualidade adaptadas e adequadas a este tipo de construção. Entender o que é e como funciona a estrutura da gaiola, solucionando problemas causados por modificações erróneas, promovendo técnicas de reparação e beneficiação. Promover as medidas contra incêndios mais apropriadas à arquitectura, com carácter preventivo e de acção eficaz quando necessário.

Paulo Aires



obra nova é frequentemente disfarçada (adulterada), e envelhece-se o objecto para que ganhe "história", espessura, contexto. Que dizer (ou

saguões. Faltam as casas de banho e novas infra-estruturas... o resto é desleixo, e abandono - ou por impossibilidade financeira ou para especulação. Não é difícil imaginar uma Baixa com volumetrias de acordo com o Plano (mais o piso corrido da cornija, e talvez ainda outro?), com menos automóveis e poluição e mais escritórios e habitações confortáveis, mais lojas actualizadas em convívio com outras mais tradicionais.

Valorizar o enorme potencial de atracção que exerce uma zona antiga cuidada, corrigindo eventuais distorções e problemas, defendendo valores culturais que pertencem a todos, viabilizando e favorecendo a reabilitação, a reparação e a reconstrução com materiais tradicionais. Reabilitar significa, na verdade, aproveitar tudo o que a arquitectura tradicional tem de bom, e é muito: a durabilidade, a inércia térmica, a

qualidade dos materiais e da mão-de-obra, a beleza das cantarias, dos azulejos, das madeiras, dos rebocos, das decorações.



* Arquitecta, Master of Conservation of Historic Towns and Buildings, K.U.Leuven
Livro publicado: "A Baixa Pombalina", Livros Horizonte, 2000. Técnica superior do IPPAR

MDL?

MURAL

PUB